

RASTROS CULTURAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA PRESENÇA INDÍGENA NA PARAÍBA NO PERÍODO PRÉ E PÓS-CONTATO

Gabriel de Araujo Souto¹

Jéssica Viana Marques²

RESUMO

O presente artigo busca expor, de forma sintética, como viviam os indígenas no período que antecede as invasões lusas e após o contato. Embora tenhamos que nos limitar à questão da escassez de fontes, conseguimos englobar alguns estudos que trabalham com fontes materiais que conseguem, a seu modo, reconstituir as vivências desses povos antes de 1500. A bem dizer, a própria vida material dos nativos, no que tange a propriedade, a organização social, a estrutura familiar, também a cultura e costumes, a questão ritualística e a relação com a natureza. Após as invasões, procuramos localizar os indígenas no território da Paraíba, também mediante restos arqueológicos, compreendendo municípios como Cuité e Bananeiras. Como recorte metodológico, dialogamos com Cunha (2002) para tratar questões introdutórias, Oliveira & Freire (2006) para compreender a organização dos nativos e os primeiros contatos com europeus. Ademais, Kraisch (2008) e Santos (2009; 2012) para entendermos os costumes indígenas e as questões acerca do pós-contato.

Palavras-chave: Indígenas; Costumes; Cultura; Paraíba

ABSTRACT

This article seeks to expose, in a synthetic way, how the indigenous people lived in the period before the Portuguese invasions and after contact. Although we have to limit ourselves to the issue of the scarcity of sources, we managed to encompass some studies that work with material sources that manage, in their own way, to reconstruct the experiences of these peoples before 1500. In other words, the material life of the natives themselves, in what it concerns property, social organization, family structure, also culture and customs, ritualistic issues and the relationship with nature. After the invasions, we sought to locate the indigenous people in the territory of Paraíba, also through archaeological remains, comprising municipalities such as Cuité and Bananeiras. As a methodological approach, we dialogued with Cunha (2002) to address introductory questions, Oliveira & Freire (2006) to understand the organization of the natives and the first contacts with Europeans. Furthermore, Kraisch (2008) and Santos (2009; 2012) to understand indigenous customs

1 Mestrando em História - UEPB/UFPB – gabrielldearaujo@gmail.com

2 Graduada em História -UEPB – jessicaviana.jrf@gmail.com



and issues surrounding post-contact.

Keywords: Indigenous; Mores; Culture; Paraíba

INTRODUÇÃO

As pesquisas arqueológicas na Paraíba compartilham desafios semelhantes aos encontrados no restante do Nordeste, especialmente quando se trata das políticas de preservação de diversos sítios já catalogados, mas ainda não explorados em profundidade. Este cenário representa uma ameaça, pois há o risco de perdermos elementos tão valiosos para a construção de nossa história.

É notável que grande parte das investigações na Paraíba está voltada para a região interiorana, possivelmente devido à dificuldade de acesso e ao baixo índice populacional. Nessas áreas, o homem tem um contato limitado, ao contrário das regiões litorâneas. Nas zonas costeiras, além dos desafios impostos pela erosão marítima, enfrentamos um crescimento populacional rápido e desordenado, o que contribui para a complexidade das pesquisas arqueológicas e paleontológicas.

Ao adentrarmos mais profundamente na Paraíba, deparamo-nos com um vasto potencial ainda a ser estudado e descoberto. Em particular, a região dos “Cariris Velhos”, que compreende parte do Planalto da Borborema e parte do Planalto Atlântico, composta por rochas antigas do escudo brasileiro, esta encontra-se no centro-sul do estado, entre as coordenadas de 7º e 8º 30’ latitude sul e 36º e 37º 30’ de longitude oeste, com elevações que variam de 400-600 m, com área de 13.845 km³. Esta área, muitas vezes negligenciada, revela-se como um campo promissor para a pesquisa arqueológica e paleontológica, oferecendo informações valiosas sobre a ocupação humana e a história geológica da região. Assim, ao direcionarmos nossa atenção para o interior paraibano, identificamos um rico território de exploração que pode lançar luz sobre aspectos cruciais de nossa herança cultural e natural.

No livro “Os Cariris Velhos da Paraíba” (1977), organizado por Elisa Maria Cabral, encontramos um estudo de natureza geológica e paleontológica de grande importância referencial. A formação das rochas, que confere imponência aos Cariris Velhos, remonta ao período pré-cambriano, com idades entre 1 e 2 bilhões de anos. Essa região revela-se excepcionalmente rica em restos ósseos de grandes mamíferos que habitavam o local durante o período Pleistoceno, iniciado, aproximadamente, há 1 milhão de anos, e encerrado quando o gelo cobriu o hemisfério Norte.

Esses mamíferos teriam desaparecido há cerca de 10 ou 12 mil anos. Um dos contribuintes do livro, José Augusto Almeida, menciona alguns dos animais que viveram na região, a exemplo do *Haplomastodon waringi* que era um grande mastodonte, e o *Pampatherium humboldti*, que era um enorme tatu de carapaça formada por centenas de placas ósseas.

3 GOMES, M. A. P. Padrões da caatinga nos cariris velhos. Paraíba. Recife, Dissertação de Mestrado em Botânica. UFRPE, 1979. p. 19.



A união entre a geologia única dos Cariris Velhos e a vegetação característica da Caatinga confere à região uma singularidade marcante. As rochas, moldadas ao longo de bilhões de anos, não apenas constituem a base física da paisagem, mas também preservam vestígios valiosos de um passado remoto. Os restos ósseos dos grandes mamíferos que povoaram essa área durante o Pleistoceno oferecem uma janela fascinante para a megafauna que um dia dominou a região.

Portanto, a história arqueológica, geológica e paleontológica dos Cariris Velhos, entrelaçada com a vastidão da Caatinga, fornece uma narrativa única que remonta a épocas imemoriais, contribuindo para a compreensão da evolução da paisagem e da vida selvagem na Paraíba antes e depois da chegada do europeus.

Buscamos dialogar, no presente trabalho, questões introdutórias a respeito da história indígena no Brasil a partir de Cunha (2002), fazendo alusão à Oliveira & Freire (2006) para entendermos, de forma sintética, como se deu a organização desses povos e os primeiros contatos de indígenas com os invasores lusos, bem como suas consequências. Ainda mais, Netto & Souza (2010) são referenciados no tocante à importância dos estudos da cultura material à luz da Arqueologia. Kraisch (2008) é mencionada para que possamos englobar o contexto comum de ocupação da Paraíba, e, por fim Santos (2009; 2012) realça os diversos costumes nativos e o processo definitivo de ocupação no território paraibano.

Feito esse panorama, podemos refletir sobre as vivências de povos nativos na região, habitantes de paisagens que pouco mudaram de 500 anos atrás até o presente, e compreender suas formas de adaptação e o desenvolvimentos de práticas culturais tão ricas no decorrer dos séculos. Para tanto, buscamos discutir – dentro dos limites que nos impõe a ausência de fontes – sobre como esses povos diversos se configuravam antes da chegada do homem branco, e no que resultou esse primeiro contato.

QUANDO BRASIL FORA PINDORAMA: INDÍGENAS NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Não há um consenso sobre o que é ser indígena, ou um conceito que a todos abarque de maneira geral, visando características comuns que possam defini-los enquanto um povo. A questão indígena hoje busca, pelo contrário, quebrar com a noção de povo único, de singularização étnica, e expor as pluralidades autóctones que foram omitidas, ou mesmo excluídas, dos primeiros relatos sobre Brasil – estes, insistentes na memória histórica. É relevante abordar que o movimento que se deu a partir dos anos 1980 possibilitou uma *nova história indígena*, por meio da renovação das fontes de pesquisa proveniente de uma nova tendência da historiografia brasileira (KRAISCH, 2008, n.p). Dessa forma, refletimos sobre o que é ser indígena, segundo o escritor e ambientalista indígena, descendente do povo tapuia, Kaká Werá Jecupé:

Em essência, o índio é um ser humano que teceu e desenvolveu sua cultura e sua civilização de modo intimamente ligado à natureza. A partir dela, elaborou tecnologias, teologias, cosmologias e sociedades, que nasceram e se desenvolveram



de experiências e interações com a floresta, o cerrado, os rios, as montanhas e as respectivas vidas dos reinos animal, mineral e vegetal. (2020, p. 19)

Indígena é, então, aquele que não se difere da natureza, mas se utiliza desta para criar e sobreviver. Embora não seja apenas isso, e ainda assim, tudo isso. A menção a Jecupé é necessária para compreendermos que não devemos tratar os nativos como seres à parte do meio em que vivem, e sim, como natureza propriamente. No que tange nosso recorte, o estudo sobre os interiores paraibanos é tão importante quanto o estudo sobre as populações nativas que aqui habitavam.

Ainda que haja inúmeras teorias a respeito do povoamento da América, estima-se, tradicionalmente, que a ocupação do Brasil por populações paleoíndias tenha ocorrido há 12 mil anos, por povos que se desenvolveram em multiplicidades linguísticas, geográficas e de organização social (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 21). O etnólogo Curt Nimuendaju apontou para a existência de cerca de 1400 povos nativos no período das invasões lusas, que foram, inicialmente, classificados genericamente como Tupis e Tapuias, estes habitantes dos sertões, e aqueles da região litorânea.

Algumas classificações de povos indígenas levaram em conta os critérios a) linguísticos, embora seletivos e excludentes, organizados em três grandes troncos: Tupi, Aruaque e Macrojê. Além disso, b) o tipo mongol, aqueles que vieram da Mongólia, e c) as diferenças culturais, que não levam em consideração a diversidade desses mesmos traços, ainda que entre povos que habitam um mesmo território e compartilham de costumes semelhantes. A esse respeito, deve-se ter em mente que nenhuma classificação pode ser considerada definitiva, visto que, mediante novos dados, novas alterações e atualizações são feitas (SANTOS, 2012, p. 12).

Tendo em vista a escassez de fontes escritas que façam referência às vivências e costumes de povos nativos antes das invasões, as pesquisas arqueológicas se mostram uma alternativa eficaz para compreender a organização desses povos e suas práticas culturais, além de também poder englobar subjetividades; dessa forma, evidencia-se a importância da cultura material na construção da História. No que concerne esse ponto, é notável perceber que a Arqueologia consegue explicitar os diversos modos de ser das populações indígenas, que muitas vezes foram vistas através de uma lente generalizante, com os primeiros relatos de cronistas. A bem dizer:

Cada grupo étnico indígena tem um modo próprio de ser, bem como uma visão de mundo específico. Tribos de um mesmo grupo, às vezes, apresentavam características materiais diferentes. Como, então, falar em tradição cultural, ou em homogeneização, num só povo? A diversidade cultural se manifesta justamente na heterogeneidade material e imaterial desses grupos (mitos, artes, línguas, tradições, armas, tralhas, economia, história, cantos, pinturas, nos rituais da morte, de passagem etc.) [...] (SANTOS, 2012, p. 20)

A criação do que veio a ser Brasil, nasce, conjuntamente, com a criação do que veio a ser o indígena,



construções simbólicas e também irrealis de autoria do Velho Mundo. Nem a origem, nem as cifras de população são dados seguros ou explicam o que realmente aconteceu (CUNHA, 2002, p. 11).

Da vida material desses povos, Santos (op. cit., p. 22) menciona que diversos materiais para ornamentação (plumagens e ossos, por exemplo) tinham grande valor simbólico para os nativos, e entre alguns povos, indivíduos eram sepultados junto a eles, o que era um indicativo de bravura – além de demonstrar uma noção de propriedade privada. Citando Martius (1938), o autor aborda que, no período pré-contato, os bens mais preciosos para os povos nativos seriam a canoa, que passava por um exaustivo processo de confecção, o fogo e o veneno – proveniente de uma planta de difícil obtenção – que utilizavam nas flechas. Ademais, frisa que eram propriedades indígenas armas e os ornatos dos homens, e os ornatos e as roupas das mulheres.

A relação com a terra era bastante particular, visto que cada povo possuía seus limites territoriais demarcados por árvores, rios, etc., e sujeitos a guerras caso fossem invadidos. Os meios de obtenção desses limites eram através de tratados, em partes, por guerras, e tradições. Também eram conhecedores de práticas agrícolas, e a produção de alimentos era coletiva, cabendo aos homens a derrubada das matas, e às mulheres o cultivo nas lavouras. Para os variados trabalhos, diversos utensílios eram utilizados, tais como arco, flecha, anzóis, linhas, redes, etc., utilizados na caça, pesca e coleta. (SANTOS, op. cit., p. 24). Com o excedente produzido nas aldeias, alguns povos praticavam a permuta, trocando com outros grupos esses produtos. Não há relatos do uso de dinheiro entre os povos nativos, o que marca, segundo os europeus, sua “incivilidade”.

A organização das aldeias estabelece diferenças cruciais entre os indígenas, por exemplo, os Tupi se fixavam em choupanas, em geral, de madeira, circular ou semicircular, com uma construção de defesa no entorno; quanto aos Tapuia, pouco se sabe a respeito de sua organização, visto que quase inexistem vestígios, perdidos na acidez dos solos das regiões interioranas. Quanto às atribuições de homens e mulheres:

Aos homens ficavam as atividades mais arriscadas, nem sempre as mais duras, penosas: caça, pesca, produção de armas (arcos, flechas, tacape) derrubada da mata e queima para o plantio e principalmente a atividade de guerrear; às mulheres cabiam a colheita, às vezes, ajudar os homens na pesca, coleta de vegetais, cuidar dos filhos e das refeições, fiar e tecer, fabricar as tralhas da cozinha que, claro, recebiam ajuda dos homens, especialmente no momento da queima, atividade de tapeçaria, cestaria, confecções de redes etc. (SANTOS, op. cit., p. 36)

A estrutura familiar indígena tinha por base a família nuclear, pai, mãe e filhos, contudo, havia práticas poligâmicas, em especial, quando a esposa estava de resguardo. Os casamentos eram, grosso modo, mais livres, se comparados às formas tradicionais que conhecemos – importadas dos costumes cristãos europeus –, e ainda envoltos em vários mitos que justificavam os próprios casamentos, e também as separações. Nesse contexto, o aborto era uma prática comum, que regulava a quantidade de indivíduos em cada aldeia.



Quanto à religiosidade, eram politeístas, tinham deuses ligados à natureza, como a própria terra e os astros, e criavam dentro desse meio muitas histórias que foram repassadas por gerações, e que ajudam a reconstituir parte da história de alguns povos. Cultuavam, ainda, o sobrenatural, aquilo que fosse a eles desconhecido, como espíritos maléficos em formas de animais, como o Curupira e a Caipora – personagens que passaram a compor a cultura popular brasileira. Outrossim, cultuavam as forças da natureza, como raios e trovões, ou o que não se sabia explicar. Os rituais também eram comuns, com variações evidentes de povo para povo. Havia rituais para o nascimento, para a puberdade, para o casamento, para a morte, enfim, abarcavam toda a vida de um nativo.

Destarte, é possível traçar convergências e divergências quanto a história indígena na região Nordeste, especificamente, na Paraíba, levando em consideração as dificuldades e os desafios em tratar de uma história ora escrita por outrem ora perdida na acidez dos solos da Caatinga. Compreender a Pré-História indígena é, portanto, entender que “o que é hoje o Brasil indígena são fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo” (CUNHA, 2002, p. 12).

AS PESQUISAS PRÉ-HISTÓRICAS E UM PANORAMA DO PÓS-CONTATO

A primeira citação histórica de registro é datada do final do século XVI, durante o processo de colonização. A descrição é relatada pelo capitão-mor da ‘Parahyba’, Feliciano de Carvalho. Se tratava de pinturas em rochas próximo ao rio Araçagi, mas claro que esses relatos partem de cronistas que tinham por finalidade apenas relatar “descobertas”, não havia um trabalho minucioso naquela época. Nos séculos seguintes tivemos mais casos assim, relatados por cronistas.

Partindo para um tempo mais contemporâneo, a maioria dos estudos correspondem a sítios com a presença de vestígios, principalmente, cerâmicos e líticos (indígenas). Importante destacar que ‘a onda Tupiguarani’ dominou uma extensa área do litoral brasileiro, não sendo diferente na Paraíba, onde na mesorregião da Zona da Mata paraibana foi evidenciado vestígios, essencialmente, do tipo cerâmico (muito forte e característico entre esse povo). No entanto, estudos recentes mostram que os Tupis não estavam restritos apenas ao litoral paraibano.

Na imagem abaixo podemos observar como estava distribuído esses povos por tribos quando os europeus chegaram.

IMAGEM 1 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO INDÍGENA NO PERÍODO COLONIAL NA PARAÍBA



FONTE: BORGES (1993)

Juvandi Santos (2020) trabalha com a hipótese que indivíduos do grupo possam ter chegado ao atual Sertão da Paraíba, não ficando restritos a zona litorânea como até então se pensava. A prova da presença desses povos na região pode ser provada com base em sítios arqueológicos onde foram identificados vestígios desse grupo humano, onde urnas funerárias de sepultamento Tupis foram encontradas em vários municípios do interior da Paraíba, como demonstrou o autor.

Pouco se sabe da origem dessas nações do interior. Algumas eram provenientes do litoral e se deslocaram para o sertão, pressionadas pelos europeus e outras tribos inimigas, ou até migrando em período bem anterior à colonização. Datações poderão refutar ou confirmar tal(is) hipótese(s). Os Tapuias quase não mantiveram contato com os portugueses no início do período colonial. Por essa razão são precárias as informações sobre esses grupos, sobretudo no período colonial. Algumas tribos Tupis possivelmente são descendentes de grupos do sul da Amazônia (SANTOS, J. S. 2021).

IMAGEM 2 - URNA FUNERÁRIA TUPI ENCONTRADA EM SERRA GRANDE, SERTÃO DA PARAÍBA.



FONTE: JUVANDI SANTOS (2020)

Esse grupo humano foi identificado onde hoje temos os municípios de Serra da Raiz, Pilões, Piloezinhos (ALBUQUERQUE, 2011). Tendo Juvandi (2021) apontado que materiais arqueológicos de prováveis grupos Tupi já foram encontrados também nas seguintes cidades paraibanas, são elas: Cuité, Teixeira/Matureia, Bernardino Batista, Borborema, Bananeiras e, possivelmente, Cachoeira dos Índios.

No ano de 2023, no sítio arqueológico de Boa Fé, localizado na zona rural de Cachoeira dos Índios, no Sertão da Paraíba, surgiu uma descoberta notável. Vestígios que remontam à presença indígena ancestral foram identificados, marcando a inauguração do primeiro sítio arqueológico registrado no município. Este achado singular, fruto de um projeto realizado em colaboração com estudantes de uma escola municipal, assume uma relevância excepcional no panorama histórico-cultural da região.

A perspectiva de que o sítio arqueológico de Boa Fé possa configurar-se como um antigo aldeamento indígena, possivelmente associado a um cemitério, acrescenta uma camada adicional de complexidade e significado ao achado datado de 2023. A presença inequívoca de vestígios cerâmicos nesse contexto reforça a plausibilidade de tal interpretação, sugerindo não apenas a existência de práticas funerárias, mas também a materialização tangível da vida cotidiana e das tradições dessas comunidades ancestrais.

A preponderância de cerâmicas nos artefatos recuperados impulsiona a compreensão da função social e simbólica desses objetos no contexto do aldeamento, oferecendo um vislumbre das práticas culturais e tecnológicas desenvolvidas por essas comunidades indígenas. A análise detalhada dessas cerâmicas não apenas permite uma reconstrução mais precisa do modo de vida dessas populações antigas, mas também contribui para a contextualização mais ampla de suas interações sociais e econômicas.

A relevância desta descoberta transcende as dimensões temporais e geográficas, lançando uma luz penetrante sobre as raízes profundas que entrelaçam a comunidade local com seu passado ancestral. No contexto do ano de 2023, esta revelação arqueológica inaugura um capítulo inédito na compreensão da herança cultural da Paraíba, proporcionando uma oportunidade única para explorar e decifrar os elos que conectam o presente ao legado indígena que moldou a identidade dessa região singular.

IMAGEM 3 - VESTÍGIOS TUPI SÃO ENCONTRADOS NA ZONA RURAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS



FONTE: JUVANDI SANTOS (2023)

O arqueólogo Juvandi Santos, docente na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), encarregado da meticulosa catalogação dos artefatos desenterrados, revela que tais vestígios remetem à tradição Tupi, datando aproximadamente de 600 a 800 anos. Contudo, a totalidade das peças exumadas permanece envolta em incerteza, uma vez que até o presente momento a plena consecução do projeto aguarda a concessão de autorização pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Este respaldo é vital para a condução de investigações mais aprofundadas, inclusive escavações, no referido local.

Conforme enunciado pelo professor Juvandi Santos, o mistério da origem dos Tupi que povoaram o Sertão da Paraíba suscita duas conjecturas plausíveis. A primeira sugere uma proveniência do litoral paraibano ou do Rio Grande do Norte, enquanto a segunda contempla a possibilidade de uma migração a partir do sertão cearense, onde já se atesta a presença confirmada da cultura Tupi.

A pesquisa arqueológica na região interiorana da Paraíba, sob a tutela do professor Juvandi Santos, transcende a narrativa histórica dos indígenas Tarairús e Cariris, alargando as fronteiras do conhecimento ao



identificar a presença de outros grupos culturais. O pesquisador esclarece que, na contemporaneidade, já se logrou identificar a existência de não menos que 20 sítios arqueológicos no interior paraibano, testemunhando a coexistência de vestígios pertencentes aos grupos Tupi e Aratu. Ademais, somando-se às já conhecidas presenças dos Cariri e Tarairiu, emerge a necessidade de reconhecimento e discussão sobre a influência destes dois outros grupos, destacando-se sua contribuição intrínseca para a riqueza etno-histórica da região.

A ampliação do escopo de pesquisa, para além das fronteiras preestabelecidas, não apenas enriquece a compreensão da diversidade cultural ancestral, mas também suscita novas indagações acerca das dinâmicas interativas entre essas distintas comunidades indígenas. Nesse contexto, a investigação arqueológica assume um papel preponderante na tessitura de um panorama mais abrangente da história nativa, desvelando camadas profundas de identidade cultural que permeiam a intrincada tapeçaria do passado regional.

REFERÊNCIAS

FONTES: G1 Paraíba

CABRAL, Elisa Maria (org.). **Os Cariris Velhos da Paraíba**. União Editora, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2020.

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo; SOUZA, Amilton Justo de. **A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História**. História Unisinos, v. 14, n. 1. p. 62-76, jan./abr, 2010

SANTOS, Juvandi de Souza. **Cariri e Tarairiú?: Culturas tapuias nos sertões da Paraíba**. Juvandi de Souza Santos. – Porto Alegre, 2009. 752 f.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Costumes indígenas no Brasil do pós-contato: o grupo étnico/cultural Tarairiú nos Sertões da Paraíba**. Campina Grande, Cópias e Papéis, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.